

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Com Relatório dos Auditores Independentes

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

Relatório da Administração regulatório

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	8
1 CONTEXTO OPERACIONAL	10
2 SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	10
3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	11
4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	12
5 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	15
6 IMOBILIZADO	17
7 INTANGÍVEL.....	20
8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS.....	21
9 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	23
10 TRIBUTOS	25
11 TRIBUTOS DIFERIDOS.....	25
12 PROVISÕES PARA LITÍGIOS.....	26
13 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	31
14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
15 RECEITA OPERACIONAL BRUTA	34
16 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE	35
17 PESSOAL E ADMINISTRADORES	36
18 RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	36
19 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO.....	37
20 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS.....	40
21 CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	45
22 EVENTOS SUBSEQUENTES	46
TERMO DE RESPONSABILIDADE	



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa X às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9.3	219.586	175.555
Investimentos temporários	9.3	835.893	600.697
Consumidores	5	727.191	765.885
Concessionárias e permissionárias	5	13	3.343
Serviços em curso		111.946	100.889
Tributos compensáveis		139.915	99.499
Depósitos judiciais e cauções	12	189	189
Almoxarifado operacional		9.169	6.610
Ativos financeiros setoriais	8	203.294	177.879
Despesas pagas antecipadamente		3.878	3.233
Encargos setoriais a compensar		-	1.680
Instrumentos financeiro derivativos	9.4	85.469	-
Outros ativos circulantes		167.870	187.407
Total do ativo circulante		2.504.413	2.122.866
Ativo não circulante			
Títulos e Valores Mobiliários		73	-
Consumidores	5	133.673	171.250
Serviços em curso		17.674	24.951
Tributos compensáveis		87.478	88.423
Tributos diferidos		1.063.469	1.089.311
Depósitos judiciais e cauções	12	28.216	21.210
Ativos financeiros setoriais	8	144.161	74.795
Despesas pagas antecipadamente		-	19
Instrumentos financeiro derivativos	9.4	52.654	-
Benefício pós-emprego		307	214
Outros ativos não circulantes		896	901
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		111	118
Imobilizado	6	5.389.217	4.902.588
Intangível	7	155.392	118.119
Total do ativo não circulante		7.073.321	6.491.899
Total do Ativo		9.577.734	8.614.765

Passivo	Notas	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores		408.679	464.954
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	756.436	579.457
Obrigações sociais e trabalhistas		28.410	28.998
Tributos	10	126.725	121.460
Dividendos declarados		69.585	55.531
Provisão para litígios	12	44.747	58.654
Encargos setoriais		90.969	88.307
Passivos financeiros setoriais	8	340.653	210.941
Instrumentos financeiros derivativos	9.4	388	9.639
Outros passivos circulantes		246.449	207.639
Total do passivo circulante		2.113.041	1.825.580
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	3.460.207	2.868.672
Benefício pós emprego	9.2	4.939	4.093
Tributos	10	574	39
Provisão para litígios	12	118.965	98.397
Encargos setoriais		20.151	36.151
Tributos diferidos	11	566.907	579.963
Passivos financeiros setoriais	8	141.836	121.438
Instrumentos financeiros derivativos	9.4	24.965	83.245
Obrigações vinculadas à concessão	13	1.765.790	1.830.490
Outros passivos não circulantes	20	33.914	42.737
Total do passivo não circulante		6.138.248	5.665.225
Patrimônio líquido			
Capital social	14	543.433	471.701
Reserva de capital	20	16.877	14.716
Outros resultados abrangentes	20	(127.396)	(168.026)
Reserva de lucros	20	863.461	687.763
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	14	30.070	117.806
Total do patrimônio líquido		1.326.445	1.123.960
Total do passivo e patrimônio líquido		9.577.734	8.614.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	15	4.328.361	3.721.899
Fornecimento de energia elétrica		3.665.669	3.210.092
Suprimento de energia elétrica		23.501	32.016
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		149.043	130.397
Ativos e passivos financeiros setoriais		(703)	102.411
Serviços cobráveis		5.988	5.355
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		443.330	200.095
Outras receitas		41.533	41.533
Tributos		(1.133.531)	(1.045.875)
ICMS		(817.653)	(783.176)
PIS-PASEP		(62.459)	(45.080)
COFINS		(252.837)	(217.217)
ISS		(582)	(402)
Encargos - Parcela "A"		(271.330)	(227.066)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(14.410)	(12.037)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(14.410)	(12.037)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(230.982)	(199.438)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(4.576)	(3.554)
Outros encargos		(6.952)	-
Receita líquida / Ingresso líquido	15	2.923.500	2.448.958
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(1.589.960)	(1.407.240)
Energia elétrica comprada para revenda	20	(1.190.472)	(1.014.694)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	20	(399.488)	(392.546)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.333.540	1.041.718
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(752.329)	(449.707)
Pessoal e administradores	17	(84.688)	(95.400)
Material		(12.448)	(12.864)
Serviços de terceiros		(280.292)	(231.150)
Arrendamento e aluguéis		(3.457)	(3.101)
Seguros		(496)	(291)
Doações, contribuições e subvenções		(3.479)	(1.028)
Provisões		(135.665)	(67.506)
Perdas na alienação de bens e direitos		(28.033)	(42.355)
(-) Recuperação de despesas		7.943	5.372
Tributos		(1.803)	(687)
Depreciação e amortização		(213.864)	(127.324)
Gastos diversos		(38.976)	(44.188)
Outras receitas operacionais		60.719	171.264
Outras gastos operacionais		(17.790)	(449)
Resultado da Atividade		581.211	592.011
Resultado Financeiro		(275.487)	(320.787)
Despesas financeiras	20	(773.002)	(779.999)
Receitas financeiras	20	497.515	459.212
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		305.724	271.224
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(12.403)	(20.233)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	4.567	(18.410)
Despesa com impostos sobre o lucro		(7.836)	(38.643)
Resultado líquido do exercício		297.888	232.581
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		284.410	222.058
Acionistas não controladores		13.478	10.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>297.888</u>	<u>232.581</u>
Outros resultados abrangentes		
Reserva de reavaliação	56.011	(179.298)
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	<u>(24.298)</u>	<u>71.947</u>
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	<u>31.713</u>	<u>(107.351)</u>
Total resultados abrangentes	<u><u>329.601</u></u>	<u><u>125.230</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Outros	Reserva de reavaliação	Reservas de lucro			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	375.981	12.105	(228.504)	148.356	709.921	5	-	1.017.864
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	232.581	232.581
Aumento de capital	95.720	-	-	-	(95.720)	-	-	-
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	2.611	-	-	-	-	-	2.611
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Resultado abrangente no exercício								
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(179.298)	-	-	33.767	(145.531)
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	71.947	-	-	-	-	71.947
Destinação do lucro								
Reserva legal	-	-	-	-	9.634	-	(9.634)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	62.098	-	(62.098)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(45.760)	(45.760)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	117.806	(117.806)	-
Realização da reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	(9.747)	-	-	(9.747)
Realização do AIC	-	-	19.473	-	-	-	(19.473)	-
Outras reservas	-	-	-	-	11.577	-	(11.577)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	471.701	14.716	(137.084)	(30.942)	687.763	117.806	-	1.123.960
Aumento de capital	71.732	-	-	-	(71.732)	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	297.888	297.888
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	66.204	66.204
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(117.806)	-	(117.806)
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	-	-	-	-	14.418	-	(14.418)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	75.727	-	(75.727)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(68.487)	(68.487)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	30.070	(30.070)	-
Realização do AIC	-	-	8.988	-	-	-	(8.988)	-
Realização de reservas de lucro a realizar	-	-	-	-	(1.095)	-	-	(1.095)
Outras reservas	-	-	-	-	166.402	-	(166.402)	-
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	56.011	(8.022)	-	-	47.989
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	-	1.625	-	-	-	-	-	1.625
Valor justo de opção de compra Matching shares - <i>vesting period</i>	-	536	-	-	-	-	-	536
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	(36.815)	-	-	-	-	(36.815)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	12.517	-	-	-	-	12.517
Resultado benefício pos-emprego	-	-	(108)	-	-	-	-	(108)
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego	-	-	37	-	-	-	-	37
Saldo em 31 de dezembro de 2024	543.433	16.877	(152.465)	25.069	863.461	30.070	-	1.326.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	297.888	232.581
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa		
Amortização/Depreciação	213.864	127.324
Juros e variações monetárias	613.244	240.025
Baixas no intangível/ ativo imobilizado	(96.033)	64.190
Reversão para perdas de estoques	4.473	-
Ativos/passivos financeiros setoriais	11.473	353.398
Provisão para litígios	20.629	20.384
Provisão e atualização de encargos setoriais	30.542	-
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	130.049	(39.200)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7.836	(38.643)
Ajuste a valor presente	12.852	16.020
Resultado em hedge accounting de fluxo de caixa	(230.168)	121.385
Atualização do PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	-	66.612
Rendimentos de investimentos temporários	(86.068)	(65.472)
Obrigações Pós-Emprego	788	469
Valor justo das opções de compra	75	2.611
Participação nos lucros	9.860	11.280
Encargos de geração distribuída	2.669	-
Proventos excedentes	66.204	-
	1.010.177	1.112.964
Redução (Aumento) de ativos		
Consumidores	(44.195)	42.626
Concessionários e permissionárias	3.330	(3.178)
Almoxarifado operacional	(2.559)	39.055
Tributos compensáveis	(39.471)	9.623
Serviços em curso	(21.212)	(6.575)
Outros ativos	19.542	47.469
Despesas pagas antecipadamente	(626)	107
Depósitos vinculados a litígios	2.872	(567)
Encargos setoriais a compensar	1.680	(1.680)
	(80.639)	126.880
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(101.648)	(245.257)
Obrigações sociais e trabalhistas	(59.883)	(59.421)
Tributos	41.620	7.573
Encargos setoriais	(26.448)	11.988
Passivos financeiros setoriais	15.886	(171.936)
Benefício e obrigações pós emprego	(143)	79.062
Tributos diferidos	(142)	151.731
Provisão para litígios	(23.846)	(38.142)
Outros passivos	78.700	(6.695)
	(75.904)	(271.097)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	853.634	968.747
Juros pagos	(287.023)	(293.835)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.260)	(23.187)
Rendimentos de aplicações financeiras	86.068	65.472
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	647.419	717.197
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições no ativo imobilizado	(600.382)	(712.186)
Aquisições no ativo intangível	(45.135)	(55.263)
Aquisição em obrigações especiais	55.272	(17.050)
Resgates / Aplicações financeiras	(235.269)	(123.633)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
	(825.514)	(908.132)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	946.042	592.300
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(582.480)	(519.112)
Dividendos pagos	(173.334)	(130.617)
Recebimento de instrumentos derivativos	31.898	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
	222.126	(57.429)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	44.031	(248.364)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	175.555	423.919
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	219.586	175.555
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	44.031	(248.364)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”, “Outorgada” ou “Equatorial Piauí”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.529 km²(^{*)}, atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 1.546.949 (^{*)} consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(^{*)} referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 04/2001 (Contrato de Concessão), firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobras (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Em 18 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018 - ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025.

4 Principais políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3 emitidas em 26 de março de 2025, exceto ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de Concessão, ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2024. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representados pelos bens recebidos de empreendimento efetuado com recursos oriundos de participação da União, Estados, Municípios e de consumidores, ou participação e doação de terceiros, assim como consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 2023, com base no Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 30 de junho de 2023.

4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada quando o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

5.1 Composição das contas a receber

	Valores correntes							Valores renegociados							Total 2024	Total 2023
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer			Renegociada vencida					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	(-)Ajuste a valor presente	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD			
Fornecimento de energia	289.716	1.495	181.911	36.263	56.222	270.257	(231.105)	29.888	293.251	(101.891)	15.615	157.831	(138.589)	860.864	937.135	
Residencial	73.889	501	115.517	20.625	36.573	182.787	(150.126)	14.554	83.897	(24.474)	6.917	117.004	(92.521)	385.143	432.494	
Industrial	12.428	167	1.727	640	343	3.023	(2.727)	651	4.337	(1.029)	203	1.771	(1.765)	19.769	29.464	
Comercial	44.338	453	16.167	3.026	4.619	25.766	(21.487)	2.038	10.205	(2.694)	900	15.617	(12.486)	86.462	101.804	
Rural	12.605	105	9.906	2.604	3.369	10.192	(10.013)	919	4.382	(1.418)	440	5.573	(4.327)	34.337	34.751	
Poderes Públicos	27.265	57	11.915	2.827	4.192	10.454	(10.843)	5.533	128.651	(52.493)	1.905	13.089	(19.527)	123.025	132.300	
Iluminação Pública	9.731	-	4.760	2.537	892	7.281	(6.687)	1.875	38.709	(12.858)	901	2.273	(5.201)	44.213	44.874	
Serviço Público	13.874	194	15.478	2.253	3.052	10.143	(9.886)	721	20.519	(6.925)	432	3.508	(4.056)	49.307	38.357	
Serviço Taxado	82	1	236	61	101	10.355	(6.942)	46	439	-	38	242	(123)	4.536	5.826	
Fornecimento Não Faturado	92.997	-	-	-	-	-	(1.906)	-	-	-	-	-	-	91.091	110.672	
(-) Arrecadação Processo Classif.	2.507	17	6.205	1.690	3.081	10.256	(10.488)	3.551	2.112	-	3.879	(1.246)	1.417	22.981	6.593	
Consumidores total														860.864	937.135	
Consumidores circulante														727.191	765.885	
Consumidores não circulante														133.673	171.250	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.177	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13	166	
Concessionárias e Permissionárias																
Total	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13	3.343	
Total	289.716	1.495	181.911	36.263	56.222	270.270	(231.105)	29.888	293.251	(101.891)	15.615	157.831	(138.589)	860.877	940.478	

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

5.2.1 Critérios

A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso considerando a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso em cada um dos 24 meses do quinto ano anterior ao período atual, apurando o não recebimento até o último mês do exercício atual. Estabelecendo assim um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada faixa de atraso do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de anos baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Não existem saldos a receber de empresas identificadas como partes relacionadas, que estejam vencidos, ou que se encaixem nos critérios de PECLD descritos acima.

5.2.2 Movimentação do saldo

	2023	Provisões / Reversões	Baixas (a)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	365.067	52.533	(205.831)	211.769
Parcelamentos	169.733	14.855	(44.705)	139.883
Contas a receber de consumidores não faturados	2.316	(410)	-	1.906
Outras	19.524	4.412	(7.800)	16.136
Total	556.640	71.390	(258.336)	369.694

(a) Referente à baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis pela Companhia, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado

A composição do imobilizado é conforme a seguir demonstrada:

Ativo imobilizado em serviço	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Geração	1.685	-	-	-	-	1.685	-	(1.650)	35	35	-	-	-
Terrenos	35	-	-	-	-	35	-	-	35	35	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.650	-	-	-	-	1.650	-	(1.650)	-	-	-	-	-
Distribuição	8.562.931	-	(89.829)	588.934	2.637	9.064.673	499.105	(4.373.942)	4.690.731	4.291.347	(2.573.712)	940.020	(1.633.692)
Terrenos	4.872	-	-	917	-	5.789	917	-	5.789	4.872	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	92.195	-	-	9.713	-	101.908	9.713	(65.638)	36.270	27.639	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	8.465.107	-	(89.829)	578.304	2.637	8.956.219	488.475	(4.308.201)	4.648.018	4.258.134	-	-	-
Móveis e Utensílios	757	-	-	-	-	757	-	(103)	654	702	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.573.712)	940.020	(1.633.692)
Administração	122.564	-	-	26.993	2.000	151.557	26.993	(73.506)	78.051	53.911	-	-	-
Terrenos	2.770	-	-	-	-	2.770	-	-	2.770	2.770	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	31.870	-	-	14.756	2.000	48.626	14.756	(28.106)	20.520	5.275	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	71.487	-	-	10.108	-	81.595	10.108	(38.789)	42.806	35.080	-	-	-
Veículos	11.979	-	-	-	-	11.979	-	(5.826)	6.153	6.945	-	-	-
Móveis e Utensílios	4.458	-	-	2.129	-	6.587	2.129	(785)	5.802	3.841	-	-	-
Subtotal	8.687.180	-	(89.829)	615.927	4.637	9.217.915	526.098	(4.449.098)	4.768.817	4.345.293	(2.573.712)	940.020	(1.633.692)
Ativo imobilizado em curso	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Distribuição	520.866	664.329	-	(601.282)	(470)	583.443	63.047	-	583.443	520.866	(132.098)	-	(132.098)
Máquinas e Equipamentos	394.663	655.893	-	(578.116)	2	472.442	77.777	-	472.442	394.663	-	-	-
Outros	126.203	8.436	-	(23.166)	(472)	111.001	(14.730)	-	111.001	126.203	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.098)	-	(132.098)
Administração	36.429	16.357	-	(15.829)	-	36.957	528	-	36.957	36.429	--	-	-
Máquinas e Equipamentos	29.326	14.431	-	(3.216)	-	40.541	11.215	-	40.541	29.326	-	-	-
Outros	7.103	1.926	-	(12.613)	-	(3.584)	(10.687)	-	(3.584)	7.103	-	-	-
Subtotal	557.295	680.686	-	(617.111)	(470)	620.400	63.575	-	620.400	557.295	(132.098)	-	(132.098)
Total do Ativo Imobilizado	9.244.475	680.686	(89.829)	(1.184)	4.167	9.838.315	589.673	(4.449.098)	5.389.217	4.902.588	(2.705.810)	940.020	(1.765.790)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Em serviço					
Geração	3,33%	<u>1.685</u>	<u>(1.650)</u>	<u>35</u>	<u>35</u>
Custo Histórico		156	(150)	6	(285)
Reavaliação		1.529	(1.500)	29	320
Distribuição	3,76%	<u>9.064.673</u>	<u>(4.373.942)</u>	<u>4.690.731</u>	<u>4.291.347</u>
Custo Histórico		5.075.791	(1.411.293)	3.664.498	3.068.378
Reavaliação		3.988.882	(2.962.649)	1.026.233	1.222.969
Administração	12,21%	<u>151.557</u>	<u>(73.506)</u>	<u>78.051</u>	<u>53.911</u>
Custo Histórico		118.679	(42.765)	75.914	38.592
Reavaliação		32.878	(30.741)	2.137	15.319
		<u>9.217.915</u>	<u>(4.449.098)</u>	<u>4.768.817</u>	<u>4.345.293</u>
Em curso					
Distribuição		583.443	-	583.443	520.866
Administração		36.957	-	36.957	36.429
		<u>620.400</u>	<u>-</u>	<u>620.400</u>	<u>557.295</u>
Total		<u>9.838.315</u>	<u>(4.449.098)</u>	<u>5.389.217</u>	<u>4.902.588</u>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é conforme a seguir demonstrada:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Total
Terrenos	145	-	-	-	-	145
Edificações, obras civis e benfeitorias	407	7.932	1.899	(1)	-	10.237
Máquinas e equipamentos	266.296	322.881	58.933	11.359	10.855	670.324
Transformação, fabricação e reparo de materiais	432	-	-	-	-	432
Material em depósito	13.639	-	-	-	-	13.639
Adiantamentos a fornecedores	(3.321)	-	-	-	-	(3.321)
Outros	(11.122)	101	-	-	251	(10.770)
Total das adições	<u>266.476</u>	<u>330.914</u>	<u>60.832</u>	<u>11.358</u>	<u>11.106</u>	<u>680.686</u>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
CAPACITORES	8,34%
CHAVE SECCIONADORA	6,67%
CHAVE FUSIVEL	6,67%
CHAVE DE ATERRAMENTO	6,67%
CHAVE TANDEN	6,67%
CONDUTOR	4,49%
POSTE	3,57%
TORRE	2,70%
REGULADOR DE TENSÃO	5,63%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	4,00%
TRANSFORMADOR DE POTÊNCIA	2,86%

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Administração central	Taxas de depreciação (%)
EQUIPAMENTO GERAL	6,25%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMATICA	16,67%
VEICULOS	14,29%
EDIFICAÇÃO	3,33%

A Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prevê que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valores
1 CABO AL NU CAL 740,8MCM 37 FLINT	20.288
2 POSTE CONC DT B-3 26M 1500DAN PDE	18.398
3 POSTE CONC DT B-5,5 24M 2500DAN PDE	13.360
4 CABO AL NU CAL 394,5MCM 19 CANTON	12.906
5 POSTE RET CONC 4-5 24M 4000DAN	7.363
6 POSTE RET CONC A-4 26M 3400DAN	7.005
7 TF-P 69/34,5 20/26,6 DYN1 OM LTC PDE	5.164
8 TF-P 69/34,5 20/26,6 DYN1 OM LTC PDE	4.715
9 CARRO PLATAFORMA 600 KG	4.258
10 TF-P 69/34,5 10/12,5 DYN1 OM LTC PDE	3.773
Total das adições	97.230

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valores
1 MED ELETRO ENERGIA 1F	(1.659)
2 MED ELETROMECA ENERGIA 1F	(1.525)
3 MED ELETRO ENERGIA 3F	(1.404)
4 TD AÉREO 13,8KV 220 V 5 kVA 1F	(1.356)
5 MED ELETRO ENERGIA 1F	(1.281)
6 TD AÉREO 13,8KV 220 V 5 kVA 1F	(1.252)
7 MED ELETRO ENER A E R 3F	(1.218)
8 MED ELETRO ENERGIA 1F	(1.210)
9 MED ELETRO ENERGIA 1F	(1.072)
10 MED ELETROMECA ENERGIA 1F	(754)
Total das baixas	(12.731)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Intangível

A composição do intangível é conforme a seguir demonstrada:

Ativo intangível em serviço	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Distribuição	26.410	-	381	26.791	381	(67)	26.724	26.362
Servidões	26.258	-	287	26.545	287	(67)	26.478	26.258
Software	152	-	94	246	94	-	246	104
Administração	151.731	-	1.816	153.547	1.816	(102.211)	51.336	58.547
Softwares	151.731	-	1.816	153.547	1.816	(102.211)	51.336	58.547
Subtotal	178.141	-	2.197	180.338	2.197	(102.278)	78.060	84.909
Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Distribuição	6.869	7.425	(130)	14.164	7.295	-	14.164	6.869
Servidões	127	270	(36)	361	234	-	361	127
Softwares	1.359	2.392	(94)	3.657	2.298	-	3.657	1.359
Outros	5.383	4.763	-	10.146	4.763	-	10.146	5.383
Administração	26.341	37.710	(883)	63.168	36.827	-	63.168	26.341
Softwares	26.341	37.710	(883)	63.168	36.827	-	63.168	26.341
Subtotal	33.210	45.135	(1.013)	77.332	44.122	-	77.332	33.210
Total do ativo intangível	211.351	45.135	1.184	257.670	46.319	(102.278)	155.392	118.119

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e Passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

(a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de novembro de 2023 a outubro de 2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Homologatória nº 3.414, de 26 de novembro de 2024, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2024, as Tarifas de Energia (TE) e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), com efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de - 4,28% (menos quatro vírgula vinte e oito por cento). As novas tarifas estão em vigor no período de 02 de dezembro 2024 a 01º de dezembro de 2025.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

(i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

(ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 102,79% em 31 de dezembro de 2024 (101,62% em 31 de dezembro de 2023), dentro do limite de repasse às tarifas.

(iii) Outras

É composto pelos demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i) financeiro constituído decorrente da revogação da liminar do reajuste de 2019; e ii) outros itens financeiros referente ajuste CUSD; iii) repasse de compensação DIC/FIC.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	2023	Adições	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
CVA Ativa	69.988	16.572	(16.861)	6.218	-	-	75.917	54.822	21.095	42.156	33.761
Aquisição de Energia - (CVA energia)	2.137	32.383	(394)	262	-	-	34.388	17.433	16.955	4.426	29.962
Proinfa	-	-	720	-	-	-	720	720	-	720	-
Transporte Rede Básica	40.243	(11.241)	(20.947)	2.972	-	-	11.027	11.027	-	11.027	-
ESS	23.053	(4.376)	2.482	2.703	-	-	23.862	19.722	4.140	20.063	3.799
CDE	4.555	(194)	1.278	281	-	-	5.920	5.920	-	5.920	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	182.686	40.254	11.032	(539)	38.105	-	271.538	151.247	120.291	161.138	110.400
Neutralidade da Parcela A	-	3.217	-	30	-	-	3.247	-	3.247	268	2.979
Sobrecontratação de Energia	38.943	669	(31.177)	(669)	-	-	7.766	7.766	-	7.766	-
Bandeiras Tarifárias	-	(14.345)	-	-	-	-	(14.345)	-	(14.345)	(1.178)	(13.167)
Outros	143.743	50.713	42.209	100	38.105	-	274.870	143.481	131.389	154.282	120.588
Total Ativos Financeiros Setoriais	252.674	56.826	(5.829)	5.679	38.105	-	347.455	206.069	141.386	203.294	144.161

Passivos Financeiros Setoriais	2023	Adições	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
CVA Passiva	(96.687)	(574)	(10.345)	(9.585)	-	-	(117.191)	(88.052)	(29.139)	(89.910)	(27.281)
Aquisição de Energia - (CVA energia)	(86.864)	22.454	(3.838)	(9.595)	-	-	(77.843)	(71.312)	(6.531)	(71.312)	(6.531)
Proinfa	(8.322)	162	6.247	(579)	-	-	(2.492)	(2.485)	(7)	(2.485)	(7)
Transporte Rede Básica	(1.001)	(10.104)	(1.003)	(50)	-	-	(12.158)	(2.005)	(10.153)	(2.839)	(9.319)
ESS	(86)	-	(812)	-	-	-	(898)	(898)	-	(898)	-
CDE	(414)	(13.086)	(10.939)	639	-	-	(23.800)	(11.352)	(12.448)	(12.376)	(11.424)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(235.692)	(16.373)	(24.408)	(6.864)	(66.075)	(15.886)	(365.298)	(230.858)	(134.440)	(250.743)	(114.555)
Neutralidade da Parcela A	(35.108)	11.130	3.859	(613)	-	-	(20.732)	(20.732)	-	(20.732)	-
Sobrecontratação de Energia	(17.184)	(240)	-	(756)	-	-	(18.180)	-	(18.180)	(10.185)	(7.995)
Outros	(183.400)	(27.263)	(28.267)	(5.495)	(66.075)	(15.886)	(326.386)	(210.126)	(116.260)	(219.826)	(106.560)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(332.379)	(16.947)	(34.753)	(16.449)	(66.075)	(15.886)	(482.489)	(318.910)	(163.579)	(340.653)	(141.836)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

9.1 Abertura do endividamento

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adim plente ?	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto. Juros	Frequência Pgto Juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de Amortização.	Sistemática amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	38.183	599.803	836.748	1.474.734	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 53MM USD	1.336	165.866	165.864	333.066	Sim	26/04/2021	Aval/Fiança	US\$	2,27%	28/04/2025	Semestral	28/04/2025	28/04/2026	Anual	Anual
PI 4131 BofA 70MM USD	31.324	433.937	-	465.261	Sim	27/12/2023	Aval/Fiança	US\$	7,02%	27/01/2025	Anual	27/01/2025	27/01/2025	Outros	Bullet (final)
Santander 4131 28 MM USD	1.059	-	174.529	175.588	Sim	07/12/2022	Outro	US\$	6,24%	24/02/2025	Trimestral	16/11/2026	16/11/2026	Outros	Bullet (final)
SCOTIABANK - USD49 MM	2.354	-	304.183	306.537	Sim	13/11/2024	Não há	US\$	5,80%	12/05/2025	Semestral	12/11/2027	12/11/2027	Anual	Bullet (final)
BofA - USD 31MM	2.110	-	192.172	194.282	Sim	23/10/2024	Não há	US\$	5,73%	27/10/2025	Anual	27/10/2025	25/10/2027	Anual	Bullet (final)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	18.902	98.953	2.621.266	2.739.121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CCEE – RGR	2.943	24.651	1.059.463	1.087.057	Sim	31/05/2018	Recebíveis	Pré	5,00%	10/01/2025	Mensal	10/01/2025	30/10/2048	Mensal	SAC
BNDES 19/20	661	29.145	403.178	432.984	Sim	23/12/2019	Recebíveis + outros	IPCA	3,93%	15/01/2025	Mensal	15/01/2025	15/10/2039	Mensal	Mensal
BNDES 21/23	1.199	45.159	651.064	697.422	Sim	28/01/2021	Recebíveis + outros	IPCA	4,43%	15/01/2025	Trimestral	15/01/2025	15/05/2040	Mensal	Mensal
SANTANDER R\$ 200 MM	97	-	200.000	200.097	Sim	30/10/2020	Aval/Fiança	CDI	1,65%	30/06/2025	Anual	29/06/2026	29/06/2026	especificar em obs.	Bullet (final)
CCB	6.065	-	150.000	156.065	Sim	25/02/2022	Não há	CDI	0,97%	26/02/2025	Semestral	04/02/2026	04/02/2026	Bullet (final)	Bullet (final)
1ª Emissão Debêntures 400MM	3.214	-	400.000	403.214	Sim	06/12/2021	Aval/Fiança	CDI	1,37%	06/12/2025	Anual	07/12/2026	06/12/2026	Bullet (final)	Bullet (final)
3ª Emissão Única - BRL 300 MM	4.723	-	303.891	308.614	Sim	04/10/2024	Não há	Não há	0,00%	15/03/2025	N.A.	15/09/2033	15/09/2036	Anual	Outro, especif. no cronograma
AVP RGR - CCEE - BRL 844 MM	-	-	(534.709)	(534.709)	Sim	30/09/2019	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	N.A.	31/01/2025	30/10/2048	Mensal	SAC
CCAP 2020/2021 - BNDS - BRL 643 MM	-	(2)	(30)	(32)	Sim	27/12/2023	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	N.A.	31/01/2025	27/01/2025	Mensal	SAC
CCAP 4131 - BofA - USD 70MM - BRL 342 MM	-	-	-	-	Sim	27/12/2023	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	N.A.	31/01/2025	27/01/2025	Mensal	SAC
CCAP - DEB - 3ª Emissão Única - BRL 300 MM	-	-	(11.589)	(11.589)	Sim	15/12/2024	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	N.A.	31/01/2025	15/09/2036	Mensal	SAC
CCAP 4131 - BofA - USD 31MM - BRL 177,6 MM	-	-	(1)	(1)	Sim	15/12/2024	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	N.A.	31/01/2025	25/10/2027	Mensal	SAC
CCAP 4131 - SCOTIABANK - USD49 MM - BRL 280 MM	-	-	(1)	(1)	Sim	15/12/2024	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	N.A.	31/01/2025	12/11/2027	Mensal	SAC
Dívidas tributárias	-	304	574	878	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias União	-	267	574	841	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS COFINS Parcelamento	-	267	574	841	Sim	31/03/2024	Não há	Selic	100,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	29/02/2028	Mensal	SAC
Dívidas Tributárias Municipal	-	37	-	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamento Municipal	-	37	-	37	Sim	30/11/2020	Não há	Não há	0,00%	31/01/2025	Mensal	31/01/2025	31/10/2025	Mensal	SAC
Dívidas com fundo de pensão	-	-	4.939	4.939	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Previdência privada	-	-	4.939	4.939	Sim	31/12/2023	Não há	Não há	0,00%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diversos	-	594	2.194	2.788	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	594	2.194	2.788	Sim	31/12/2023	Não há	Não há	0,00%	N/A	N/A	31/01/2025	30/11/2029	Mensal	Price
Total por dívida	57.085	699.654	3.465.721	4.222.460	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	38.183	599.803	836.748	1.474.734	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	18.902	98.953	2.621.266	2.739.121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	594	2.194	2.788	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	4.939	4.939	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	304	574	878	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

9.2 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

Instituição / linha credora	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
	2026	2027	2028	2029	2030	2031+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	340.393	496.355	-	-	-	-	836.748
SCOTIABANK 53MM USD	165.864	-	-	-	-	-	165.864
PI 4131 BofA 70MM USD	-	-	-	-	-	-	-
Santander 4131 28 MM USD	174.529	-	-	-	-	-	174.529
SCOTIABANK - USD49 MM	-	304.183	-	-	-	-	304.183
BofA - USD 31MM	-	192.172	-	-	-	-	192.172
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	793.723	79.045	80.405	81.832	83.331	1.502.930	2.621.266
CCEE - RGR	25.882	27.177	28.536	29.963	31.461	916.444	1.059.463
BNDES 19/20	29.145	29.145	29.145	29.145	29.146	257.452	403.178
BNDES 21/23	45.160	45.160	45.161	45.161	45.161	425.261	651.064
SANTANDER R\$ 200 MM	200.000	-	-	-	-	-	200.000
CCB	150.000	-	-	-	-	-	150.000
1ª Emissão Debêntures 400MM	400.000	-	-	-	-	-	400.000
3ª Emissão Única - BRL 300 MM	-	-	-	-	-	303.891	303.891
AVP RGR - CCEE - BRL 844 MM	(44.871)	(22.435)	(22.435)	(22.435)	(22.435)	(400.098)	(534.709)
CCAP 2020/2021 - BNDS - BRL 643 MM	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(20)	(30)
CCAP 4131 - BofA - USD 70MM - BRL 342 MM	-	-	-	-	-	-	-
CCAP - DEB - 3ª Emissão Única - BRL 300 MM	(11.589)	-	-	-	-	-	(11.589)
CCAP 4131 - BofA - USD 31MM - BRL 177,6 MM	(1)	-	-	-	-	-	(1)
CCAP 4131 - SCOTIABANK - USD49 MM - BRL 280 MM	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Dívidas Tributárias União	265	265	44	-	-	-	574
PIS COFINS Parcelamento	265	265	44	-	-	-	574
Dívidas com Fundo de Pensão	4.939	-	-	-	-	-	4.939
Previdência Privada	4.939	-	-	-	-	-	4.939
Diversos	662	739	620	173	-	-	2.194
Arrendamentos	662	739	620	173	-	-	2.194
Total por dívida	1.139.982	576.404	81.069	82.005	83.331	1.502.930	3.465.721
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	340.393	496.355	-	-	-	-	836.748
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	793.723	79.045	80.405	81.832	83.331	1.502.930	2.621.266
Dívidas tributárias	265	265	44	-	-	-	574
Dívidas com Fundo de Pensão	4.939	-	-	-	-	-	4.939
Diversos	662	739	620	173	-	-	2.194

9.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal e juros curto prazo
Caixa e Aplicações Financeiras	1.055.479
Subtotal de Caixa e equivalente de caixa	219.586
Alta liquidez	219.586
Subtotal de Aplicações financeiras	835.893
Títulos e valores mobiliários	835.893

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.4 Abertura dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos Derivativos	Instituição	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Fair Value
Total Derivativos	-	-	-	-	-	1.710.600	112.770
Swap	SCOTTABANK	26/04/2021	26/04/2026	US\$ + 2,27% a.a.	CDI + 1,77% a.a.	300.000	12.316
Swap	Santander	07/12/2022	16/11/2026	US\$ + 6,24% a.a.	CDI + 1,62% a.a.	146.000	24.870
Swap	Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	US\$ + 7,0235% a.a.	CDI + 1,38% a.a.	342.300	78.945
Swap	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	USD + 5,7294% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	342.300	6.958
Swap	SCOTTABANK	13/11/2024	12/11/2027	USD + 5,8035% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	280.000	15.034
Swap	XP	04/10/2024	15/09/2036	IPCA + 6,8091%	CDI + 0,41%	300.000	(25.353)
Ativo circulante							85.469
Ativo não circulante							52.654
Passivo circulante							(388)
Passivo não circulante							(24.965)
Efeito líquido total							112.770

9.5 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2024	Total 2023
Dívida Bruta	57.084	725.006	3.465.722	4.247.813	3.545.192
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	38.183	599.802	836.749	1.474.734	980.419
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	18.902	98.953	2.621.266	2.739.121	2.465.163
Tributária	-	304	574	878	86
Fundo de Pensão	-	-	4.939	4.939	4.093
Diversos	-	594	2.194	2.788	2.547
Derivativos a Pagar	-	25.353	-	25.353	92.884
(-) Ativos Financeiros	-	(1.140.948)	(52.654)	(1.193.603)	(776.252)
Alta Liquidez	-	(1.055.479)	-	(1.055.479)	(175.555)
Demais aplicações financeiras	-	(85.469)	(52.654)	(138.123)	(600.697)
Dívida líquida	57.084	(415.942))	3.413.068	3.054.210	2.768.940

10 Tributos

	2024	2023
Circulante		
IRPJ e CSLL	13.169	1.940
PIS e COFINS	14.840	11.674
ICMS	77.347	87.467
ISS	5.606	5.730
Encargos sociais e outros	15.459	14.602
Parcelamento de tributos	304	47
Total circulante	126.725	121.460
Não circulante		
Parcelamento de tributos	574	39
Total não circulante	574	39
Total tributos	127.299	121.499

11 Tributos diferidos

O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão.

Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos conforme apresentação abaixo:

	2024	2023
Crédito ativos de:		
Prejuízo fiscal	384.582	349.001
Base negativa	131.152	104.893
Subtotal	515.734	453.894
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	186.055	172.197
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	97.882	161.388
Provisão para participação nos lucros	14.340	15.162
Ajuste a Valor Presente – AVP	38.217	30.552
Outras Diferenças temporárias	10.749	9.655
SWAP	53.075	83.960
Impairment	55.349	55.349
Arrendamento – CPC 06(R2)	45	3.493
Provisão laudo atuarial	53.155	64.794
AIC Reversível	38.868	38.867
Subtotal	547.735	635.417
Total tributos diferidos ativos	1.063.469	1.089.311
Créditos passivos de:		
Ajuste a Valor Presente – AVP	(211.249)	(209.524)
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(74.043)	(181.132)
Reversão de contingências	(128.540)	(118.924)
SWAP	(127.682)	(52.379)
Arrendamento – CPC 06(R2)	(3.478)	(3.478)
Valor Novo de Reposição – VNR	(12.480)	(9.673)
Participação nos lucros	(6.227)	(6.227)
Provisão do laudo atuarial	(11.896)	(11.896)
Outras	(4.226)	(2.670)
Reserva de Reavaliação	12.914	15.940
Total tributo diferido passivo	(566.907)	(579.963)
Total tributo diferido líquido	496.562	509.348

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu uma reversão no montante de R\$ 4.567 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro do exercício (despesa de R\$ 18.410 em 31 de dezembro de 2023).

12 Provisões para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	113.045	4.472	110.443	7.200
Fiscais	17.498	9.878	6.940	-
Trabalhistas	33.169	14.055	39.668	14.199
Total	163.712	28.405	157.051	21.399
Circulante	44.747	189	58.654	189
Não circulante	118.965	28.216	98.397	21.210

12.1 Movimentação dos processos no exercício

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	110.443	10.293	(13.180)	(3.167)	8.656	113.045
Tributárias	6.940	9.878	-	(2)	682	17.498
Trabalhistas	39.668	2.259	(10.666)	(1.262)	3.170	33.169
Total contingências	157.051	22.430	(23.846)	(4.431)	12.508	163.712

	2022			2023		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	121.025	9.899	(26.250)	(5.153)	10.922	110.443
Tributárias	6.315	-	-	-	625	6.940
Trabalhistas	47.469	6.171	(11.892)	(4.223)	2.143	39.668
Total contingências	174.809	16.070	(38.142)	(9.376)	13.690	157.051

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no exercício.

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa SELIC.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Cíveis	367.133	329.267
Fiscais	5.888	5.475
Trabalhistas	104.185	93.597
Total	477.206	428.339

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

12.2 Cíveis

A Companhia figura como ré em 7.414 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (7.832 processos em 31 de dezembro de 2023), sendo que 2.751 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Ações cíveis nas quais são requeridas indenizações por danos morais, materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, e rescisão de contratos com fornecedores, tem provisão constituída no montante de R\$ 113.045 (R\$ 110.443 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento (a)	18.873	13.857
Morte por eletroplessão	10.097	13.641
Cobrança indevida (b)	57.481	55.984
Fraude questionada	5.318	6.237
Corte indevido	1.352	1.535
Acidente com terceiros	1.242	1.125
Falha no atendimento	2.163	2.153
Quebra de contrato	10.912	10.124
Outras	5.607	5.787
Total	113.045	110.443

Dentre esses processos classificados como prováveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

- (a) Entre os processos de falha no fornecimento o que mais se destaca é o processo nº 0013909-85.2012.8.18.0140, em que tem como objeto a ocorrência de incêndio em decorrência de desligamento, supostamente “abrupto”, de sua unidade consumidora em 21 de dezembro de 2011 e, em razão disso, requer o pagamento de indenização a título de danos materiais e lucros cessantes, no montante de R\$ 5.038 (R\$ 5.265 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo encontra-se na fase de cumprimento de sentença; e
- (b) Entre os processos de cobrança indevida o que mais se destaca é o processo nº 0012732-04.2003.8.18.0140, em que tem como objeto suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R\$ 53.505 (R\$ 50.428 em 31 de dezembro de 2023), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em instrução.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cujas possibilidades de perda, em 31 de dezembro de 2024, são avaliadas pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 367.133 (R\$ 329.266 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	7.300	9.786
Morte por eletroplessão	8.639	7.433
Cobrança indevida	11.010	10.617
Fraude questionada	73	73
Corte indevido	2.468	2.303
Acidente com terceiros	794	717
Falha no atendimento	834	596
Quebra de contrato (a)	71.130	66.589
Ligação Nova	5.864	1.550
Contribuição previdenciária (b)	251.487	222.532
Outras	7.534	7.070
Total	367.133	329.266

Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

- (a) Entre os processos de quebra de contrato o que mais se destaca é o processo nº 0000196-96.2001.4.01.4000, em que tem como objeto suposto descumprimento contratual. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal apenas no tocante ao cabimento de honorários advocatícios decorrentes do acordo já homologado judicialmente, no montante de R\$ 22.452 (R\$ 21.145 em 31 de dezembro de 2023); e
- (b) Entre os processos de contribuição previdenciária o que mais se destaca é o processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400, em que tem como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R\$ 225.268 (R\$ 208.260 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está pendente de julgamento de agravo protocolado pela empresa após a sentença declarar a incompetência da Justiça Federal.

12.3 Fiscais

A Companhia figura como ré em 163 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (162 processos em 31 de dezembro de 2023), dentre estes, tem provisão constituída no montante de R\$ 17.498 (R\$ 6.940 em 31 de dezembro de 2023) conforme abertura:

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2024	2023
ICMS	4.026	3.657
PIS e COFINS (a)	9.878	-
Outras	3.594	3.283
Total	17.498	6.940

- (a) A Companhia realizou um depósito judicial referente aos valores de PIS/COFINS devidos pela apuração referente a fevereiro de 2024, no valor de R\$ 9.878. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 5.888 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.475 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão, conforme abaixo:

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2024	2023
ICMS	4.616	4.315
CIP	71	64
Outros (a)	1.201	1.096
Total	5.888	5.475

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Débito Tributário e ICMS. Na esfera fiscal há processos nos quais se discute incidência ou não do ICMS sobre a TUST e TUSD, classificados com perda remota.

- (a) Processo nº 0001358-67.2017.4.01.4000, trata-se de ação anulatória proposta pela Companhia visando o cancelamento de autuação, de onde se extraía débitos tributários de IRPJ/CSLL incidentes sobre perdas técnicas e não técnicas ocorridas no sistema de distribuição elétrica. Com valor provisionado de R\$ 1.996 (R\$ 1.822 em 31 de dezembro de 2023). A empresa requereu a desistência da ação para usufruir do PERT. Ocorre que, ao homologar a desistência da demanda, o juiz determinou que a empresa pagasse honorários advocatícios fixados em 3% sobre o valor da causa, de acordo com o art. 85, § 3º, do CPC. Foi interposta apelação em face da condenação dos honorários, e encontra-se conclusa para julgamento.

12.4 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 é composto por 1.041 reclamações ajuizadas (1.112 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 33.169 (R\$ 39.668 em 31 de dezembro de 2023), os processos mais relevantes destacam-se as ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, plano de cargos e salários, verbas rescisórias, desligamento voluntário, diferença salarial, cujo montante provisionado é de R\$ 22.251 (R\$ 27.617 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
FGTS	621	861
Responsabilidade subsidiária	293	191
Implantação do plano de cargos, carreira e salários	5.411	5.186
Acidente de trabalho	3.179	3.395
Hora extra	6.680	7.282
Gratificação	1.399	1.846
Desligamento voluntário	4.621	5.346
Reintegração no emprego	254	205
Verbas rescisórias	3.813	5.053
Assédio moral	419	260
Diferença salarial	1.725	3.156
Outras	4.754	6.887
Total	33.169	39.668

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2024, é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 104.185 (R\$ 93.597 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Responsabilidade subsidiária	13.736	7.188
Implantação do plano de cargos, carreira e salários (a)	60.995	57.922
Reintegração no emprego	2.012	1.987
Justa causa	1.060	987
Privatização (b)	6.610	6.080
Equiparação salarial	-	47
Gratificação	1.372	1.301
Horas extras – Pausa Térmica	100	3.923
Acidente de trabalho	8.779	6.284
Outras (c)	9.521	7.878
Total	104.185	93.597

Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, os mais relevantes são:

- (a) Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006 que tem objeto o pedido cumprimento do plano de cargos e salário da Eletrobras – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes para sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R\$ 55.073 (R\$ 51.833 em 31 de dezembro de 2023);
- (b) Processo nº 0001992-20.2018.5.22.0004 que tem como autor o Ministério Público do Trabalho e como objeto o pedido de anulação das demissões após a privatização e como pedido subsidiário a extensão do PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os empregados que foram demitidos sem justa causa e os que pediram demissão até o início da vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021 e dano moral coletivo, no montante de R\$ 6.480 (R\$ 5.959 em 31 de dezembro de 2023); e
- (c) Processo nº 0000510-40.2023.5.22.0108 (Doença Ocupacional), que tem objeto pedido indenizatório em virtude de suposta incapacidade por doença ocupacional, no montante de R\$ 2.528.

13 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações especiais	Depreciação - Taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	4,54%	(1.089.358)	(1.484.354)	(2.573.712)
Participação da União, Estados e Municípios		(3.605)	(360.618)	(364.223)
Participação Financeira do Consumidor		(13.928)	(2.766)	(16.694)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(19.260)	(10.453)	(29.713)
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		(923.155)	(1.103.382)	(2.026.537)
Outros		(129.410)	(7.135)	(136.548)
(-) Amortização Acumulada - AIS		436.505	503.515	940.023
Participação da União, Estados e Municípios		2.363	19.632	21.995
Participação Financeira do Consumidor		5.777	4.578	10.355
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		8.688	9.742	18.430
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		382.375	422.168	804.543
Outros		37.302	47.395	84.700
Total		(652.853)	(980.839)	(1.633.692)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferências (B)	Outros (a)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A) + (B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Em serviço	(2.505.548)	-	(68.167)	-	(2.573.715)	(68.167)	940.023	(1.633.692)	(1.685.497)
Participação da União, Estados e Municípios	(364.223)	-	-	-	(364.223)	-	21.994	(342.229)	(359.409)
Participação Financeira do Consumidor	(16.694)	-	-	-	(16.694)	-	10.355	(6.339)	(7.127)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(29.712)	-	-	-	(29.712)	-	18.430	(11.282)	(12.684)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(1.958.371)	-	(68.167)	-	(2.026.538)	(68.167)	804.543	(1.221.995)	(1.247.990)
Outros	(136.548)	-	-	-	(136.548)	-	84.701	(51.847)	(58.287)
(-) Amortização acumulada – AIS (a)	820.051	119.972	-	-	940.023	119.972	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	4.814	17.179	-	-	21.993	17.179	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	9.567	787	-	-	10.354	787	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	17.028	1.401	-	-	18.429	1.401	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	710.381	94.164	-	-	804.545	94.164	-	-	-
Outros	78.261	6.441	-	-	84.702	6.441	-	-	-
Em curso	(137.418)	(52.778)	68.167	-	(122.029)	15.389	-	(122.029)	(137.418)
Participação Financeira do Consumidor	1.478	-	-	-	1.478	-	-	1.478	1.478
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(1.478)	-	-	-	(1.478)	-	-	(1.478)	(1.478)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(2.136)	-	-	-	(2.136)	-	-	(2.136)	(2.136)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(135.282)	(52.778)	68.167	-	(119.893)	15.389	-	(119.893)	(135.282)
Outros	(7.575)	(2.494)	-	-	(10.069)	(2.494)	-	(10.069)	(7.575)
Ultrapassagem de demanda	(19.932)	-	-	-	(19.932)	-	-	(19.932)	(19.932)
Excedente de reativos	(16.868)	-	-	-	(16.868)	-	-	(16.868)	(16.868)
Outros	29.225	(2.494)	-	-	26.731	(2.494)	-	26.731	29.225
Total	(1.830.490)	64.700	-	-	(1.765.790)	64.700	940.023	(1.765.790)	(1.830.490)

(a) Referente a adequação de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo do ciclo de Revisão Tarifária anterior da distribuidora.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais adições (pelo critério de valor) a obrigações especiais em serviço no exercício foram:

Descrição do bem		Valores
1	PAINEL FOTOV MONOCRIST 405WP 20.M	726
2	INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	709
3	PAINEL FOTOV MONOCRIST 405WP 20.M	625
4	INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	548
5	PAINEL FOTOV MONOCRIST 405WP 20.M	530
6	CONTROLAD CARG PAIN SOLAR 48V 30A	488
7	INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	483
8	CABO AL NU CAA 1/0 AWG RAVEN	478
9	CABO AL NU CAA 1/0 AWG RAVEN	464
10	PAINEL FOTOV MONOCRIST 405WP 20.M	464
Total das adições		5.515

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 633.577 (R\$ 543.433 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a um total de 1.382.142.880 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta) ações, divididas em 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais. nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2024			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.337.750	58.787.311	1.312.125.061	94,93%
Minoritários	66.268.451	3.749.368	70.017.819	5,07%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100%

Acionistas	2023			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.325.250	58.825.642	1.312.150.892	94,93%
Minoritários	66.280.951	3.711.037	69.991.988	5,07%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100,00%

a) Aumento de capital social

Em 26 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, houve aprovação de aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 71.732, mediante a integralização da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 62.098 e da Reserva Legal no valor de R\$ 9.634, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia.

14.2 Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva legal da Companhia é de R\$ 14.418 (R\$ 9.634 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09) e reduz a base de cálculo da reserva legal.

b) Reserva de incentivos fiscais

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das subvenções é de R\$ 75.727 (R\$ 62.098 em 31 de dezembro de 2023).

c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 90.576 (R\$ 91.671 em 31 de dezembro de 2023).

d) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 26 de março de 2025, conforme divulgado na nota explicativa nº 22 – Eventos subsequentes, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado a proposta de distribuição da integralidade da reserva no montante de R\$ 30.070 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 117.806 em 31 de dezembro de 2023).

e) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é constituída pelos valores referentes a diferenças positivas entre valores de mercado (Valor Novo de Reposição - VNR) apurados na contabilidade societária e valores contábeis componentes do ativo imobilizado, observados os dispositivos legais aplicáveis. De acordo com o Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET Submódulo 2.3 Base de Remuneração Regulatória. O VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessário para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. De acordo com o respectivo submódulo, a aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Concessionária ou de Orçamento Referencial.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 25.069 (R\$ 30.942 em 31 de dezembro de 2023).

f) Outras reservas

Reserva constituída pelo efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital ou distribuição de dividendos.

15 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nº Consumidores (*)		MWh (*)		Valor	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Bruta						
Fornecimento – Faturado (consumidores cativos)	1.546.538	1.502.231	3.593.598	3.537.234	3.685.660	3.174.051
Residencial	1.320.333	1.271.714	2.100.344	2.017.070	2.108.423	1.756.323
Industrial	2.357	2.441	68.147	88.678	119.814	129.880
Comercial	88.715	89.968	501.237	554.596	620.196	585.496
Rural	105.847	110.546	260.103	243.573	234.261	185.469
Poder público	17.530	16.857	302.692	286.234	324.326	276.487
Iluminação pública	1.473	1.066	194.866	186.980	123.340	108.674
Serviço público	10.129	9.550	160.929	155.876	155.300	131.722
Consumo próprio	154	89	5.280	4.227	-	-
Suprimento Faturado	-	-	-	-	23.501	32.016
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	411	240	681.679	563.741	1.840.458	1.847.606
Consumidores Cativos	-	-	181.941	162.973	1.691.415	1.717.209
Consumidores Livres	411	240	499.738	400.768	149.043	130.397
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(1.706.862)	(1.720.258)
(-) Trsf p/ TUSD de consumidores cativos	-	-	-	-	(1.691.415)	(1.717.209)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(7.427)	(2.033)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(8.020)	(1.016)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(19.991)	36.041
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(17.858)	(207.849)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	23
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	32.602	313.286
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	5.988	5.355
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	443.330	200.095
Outros	-	-	-	-	41.533	41.533
Total	1.546.949	1.502.471	4.275.277	4.100.975	4.328.361	3.721.899

(*) Informação não auditada.

16 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Outorgada efetuou a venda de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Venda	166.496	14.658	154.962	10.699
Total	166.496	14.658	154.962	10.699

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Compra	(36.742)	(9.417)	(62.848)	(5.443)
Compra estimada (a)	(842)	(55)	(18.147)	(1.345)
Total	(37.584)	(9.472)	(80.995)	(6.788)

(*) Informação não auditada.

(a) referente ao período de 01 a 31 de dezembro de 2024 (Em 2023 - período de 01 a 31 de dezembro de 2023).

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Companhia que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE , são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das demonstrações contábeis regulatórias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2024, os referidos montantes foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

17 Pessoal e administradores

Pessoal e Administradores	2024	2023
Pessoal	(72.276)	(83.025)
Remuneração	(56.574)	(52.319)
Encargos	(21.251)	(19.460)
Previdência privada - Corrente	(1.634)	(838)
Despesas rescisórias	(2.431)	(2.100)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(4.160)	(8.390)
Outros benefícios - Corrente	(19.934)	(18.001)
Outros	33.708	18.083
Administradores	(12.412)	(12.375)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(4.760)	(3.729)
Benefícios dos administradores	(7.652)	(8.646)
Total	(84.688)	(95.400)

18 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para o cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	305.724	271.224
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	66.085	-
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal	126.415	92.216
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente		
Outras despesas permanentes	28.414	(5.751)
Incentivo prorrogação licença maternidade	(46)	(52)
Compensações - PAT e Salário Maternidade	(1.057)	(82)
IRPJ subvenção governamental	(75.726)	(57.972)
Despesa IRPJ/CSLL corrente anos anteriores	(26.815)	-
Subtotal:	(75.230)	(63.857)
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente e Diferido		
Provisão para contingências	4.241	(6.039)
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	4.429	(1.714)
Ajuste a valor presente (AVP)	5.940	6.173
SWAP	(82.439)	8.840
Valor novo de reposição – VNR	(2.807)	(6.479)
Reserva de reavaliação	12.914	15.940
Provisão para participação nos lucros	(823)	146
Multas, penalidades por infrações e outras	-	(632)
Laudo Atuarial	220	109
Compensação prej. Fiscal e base negativa de CSLL	(5.263)	(24.470)
Despesa IRPJ/CSLL diferido anos anteriores	68.155	(10.284)
Total:	4.567	(18.410)
Total de IRPJ e CSLL correntes do exercício	(12.403)	(20.233)
Total de IRPJ e CSLL diferidos do exercício	4.567	(18.410)
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferidos do exercício	(7.836)	(38.643)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

19 Revisão e reajuste tarifário

19.1 Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2023

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) é um processo regulatório realizado pelas agências reguladoras de energia elétrica, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no Brasil. Seu objetivo é definir as tarifas de energia elétrica que serão praticadas pelas concessionárias de distribuição em um determinado período de tempo. Essa revisão ocorre em datas definidas nos contratos de concessão ou permissão e envolve uma análise completa das condições da prestação dos serviços e do mercado atendido. O objetivo é reconstruir a tarifa de forma que a receita faturada pelo prestador seja capaz de cobrir os custos eficientes necessários à prestação dos serviços, gerar recursos para investimentos, garantir a adequada remuneração e amortização do capital investido, buscando o cumprimento das metas. Consequentemente, a RTP é um mecanismo importante para manter a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e garantir a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Durante a RTP, a ANEEL avalia os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR), considerando critérios específicos para sua manutenção e atualização. Portanto, a BRR não é produzida durante a RTP, mas sim revisada e ajustada conforme necessário para garantir a estabilidade e previsibilidade dos valores aprovados anteriormente. A BRR inclui os seguintes itens:

- a) Ativo Imobilizado em Serviço (AIS): Avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme o caso) para grupos de contas como terrenos, reservatórios, edificações e máquinas.
- b) Intangível: Inclui a conta de servidões.
- c) Almoxarifado de operação.
- d) Obrigações especiais.

A BRR definida na RTP determina: i) a remuneração do capital investido; ii) o valor a ser incorporado à tarifa para cobrir os investimentos; e iii) a parcela dos custos gerenciáveis da tarifa, que está associada à operação, manutenção e investimentos da distribuidora.

No ano de 2023, a ANEEL apurou o novo índice do reposicionamento tarifário da Companhia no processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.292, de 28 de novembro de 2023, foram reajustadas em 14,70%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

19.2 Reajuste tarifário anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de “aniversário” do contrato de concessão

Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, as Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) no processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.414, de 16 de novembro de 2024, foram reajustadas, em média, (-4,28%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

19.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- (b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária - base incremental (item b);
- (d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	8.472.870.626
(2) Índice de Aproveitamento Integral	9.738.945
(3) Obrigações Especiais Bruta	2.536.440.093
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.673.601.673
(5) Base de Remuneração Bruta = (1) - (2) - (3) - (4)	4.253.089.915
(6) Depreciação Acumulada	4.129.347.479
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	4.343.523.147
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	7.814.270
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	4.335.708.878
(10) Almoxxarifado em Operação	2.718.697
(12) Obrigações Especiais Líquida	1.254.530.131
(13) Terrenos e Servidões	18.651.629
(14) Base de Remuneração Líquida Total =(1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	3.102.549.072
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	3,98%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	123.481.453
(19) WACC real antes de impostos	11,25%
(20) Taxa RGR PLPT	0,08%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0,08%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	44.715.207
Remuneração do Capital = (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)+(22)	393.751.978

(*) valores em unidade de reais

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19.4 Custo anual das instalações móveis e imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	549.898.783
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	247.454.452
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	65.987.854
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	236.456.477
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	26.609.656
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	13.138.752
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	57.915.461
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	97.663.869

(*) valores em unidade de reais

19.5 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT (2024) (*)	Receita Verificada (*)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	1.792.502.650	1.840.644.631
1.1. Encargos Setoriais	376.381.729	391.016.766
TESEE	4.911.618	4.463.455
CDE	228.931.532	243.040.309
PROINFA	33.988.582	36.754.220
P&D (Eficiência Energética)	29.127.350	27.650.480
ESS	79.422.647	79.108.302
1.2. Transmissão	269.475.897	315.358.729
Rede Básica	185.408.378	206.361.345
Rede Básica Fronteira	55.602.684	76.398.215
Rede Básica ONS (A2)	615.429	574.347
Rede Básica Export. (A2)	163.605	164.048
Conexão	26.804.627	30.754.140
Uso do sistema de distribuição e CCD	881.174	1.106.634
1.3. Compra de Energia	1.119.302.783	1.107.021.263
CCEAR Existente	946.519.960	927.052.350
Cota Angra I/Angra II	52.636.128	50.110.340
Cotas Lei n ° 12783/2013	120.146.695	129.858.573
1.4 Receita irrecuperável	27.342.241	27.247.873
2. PARCELA B	1.370.174.169	1.249.055.811
3. Reposicionamento Econômico	-2,62%	12,31%

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Componentes Financeiros	-3,52%	-2,20%
5. Reposicionamento com Financeiros	-6,13%	10,12%
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	1,86%	4,59%
7. Efeito para Consumidor	-4,28%	14,70%

(*) Valores expressos em unidades de reais

20 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresenta no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

		2024			2023		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		219.586	-	219.586	175.555	-	175.555
Consumidores	20.1 / 20.5.3	727.191	32.832	760.023	765.885	36.877	802.762
Concessionárias e permissionárias	20.1	13	(13)	-	3.343	(3.343)	-
Serviços em curso	20.1	111.946	16.627	128.573	100.889	22.533	123.422
Tributos compensáveis		139.915	-	139.915	99.499	-	99.499
Depósitos judiciais e cauções		189	-	189	189	-	189
Almoxarifado operacional		9.169	-	9.169	6.610	-	6.610
Investimento temporários		835.893	-	835.893	600.697	-	600.697
Ativos financeiros setoriais	20.2	203.294	(203.294)	-	177.879	(177.879)	-
Despesas pagas antecipadamente	20.1	3.878	(3.878)	-	3.233	(3.233)	-
Encargos setoriais	20.1	-	-	-	1.680	(1.680)	-
Instrumentos financeiro derivativos	20.1	85.469	(388)	85.081	-	-	-
Outros ativos circulantes	20.1	167.870	(51.283)	116.587	187.407	(56.775)	130.632
Total do ativo circulante		2.504.413	(209.397)	2.295.016	2.122.866	(183.500)	1.939.366
Não circulante							
Consumidores		133.673	-	133.673	171.250	-	171.250
Serviços em curso		17.674	-	17.674	24.951	-	24.951
Tributos compensáveis		87.478	-	87.478	88.423	-	88.423
Tributos diferidos	20.1 / 20.7	1.063.469	(608.274)	455.195	1.089.311	(650.304)	439.007
Depósitos judiciais e cauções		28.216	-	28.216	21.210	-	21.210
Investimentos temporários		73	-	73			
Ativos financeiros setoriais	20.2	144.161	(141.836)	2.325	74.795	(74.795)	-
Despesas pagas antecipadamente	20.1	-	-	-	19	(19)	-
Instrumentos financeiros derivativos		52.654	(24.965)	27.689	-	-	-
Benefício pós emprego	20.4	307	-	307	214	-	214
Outros ativos não circulantes	20.1	896	-	896	901	19	920
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		111	-	111	118	-	118
Imobilizado	20.4	5.389.217	(5.389.217)	-	4.902.588	(4.902.588)	-
Intangível	20.4	155.392	2.746.292	2.901.684	118.119	2.482.645	2.600.764
Direito de uso	20.4	-	2.655	2.655	-	2.504	2.504
Ativo contratual	20.4	-	565.633	565.633	-	445.041	445.041
Ativo financeiro de concessão	20.3	-	276.322	276.322	-	185.995	185.995
Total do ativo não circulante		7.073.321	(2.573.390)	4.499.931	6.491.899	(2.511.502)	3.980.397
Total do ativo		9.577.734	(2.782.787)	6.794.947	8.614.765	(2.695.002)	5.919.763

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

		2024			2023		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		408.679	-	408.679	464.954	-	464.954
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	756.436	(596)	755.840	579.457	(544)	578.913
Obrigações sociais e trabalhistas	20.1	28.410	(18.775)	9.635	28.998	(19.984)	9.014
Tributos	20.1 / 20.5.3						
		126.725	(5.209)	121.516	121.460	(5.233)	116.227
Dividendos declarados		69.585	-	69.585	55.531	-	55.531
Provisão para litígios		44.747	-	44.747	58.654	-	58.654
Encargos setoriais	20.1	90.969	-	90.969	88.307	(10.523)	77.784
Passivos financeiros setoriais	20.2	340.653	(203.294)	137.359	210.941	(177.879)	33.062
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	388	(388)	-	9.639	-	9.639
Outros passivos circulantes	20.1	246.449	(25.625)	220.824	207.639	(58.869)	148.770
Contribuição de iluminação pública	20.1	-	25.629	25.629	-	20.096	20.096
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20.1	-	-	-	-	49.296	49.296
Participação nos lucros	20.1	-	21.405	21.405	-	22.385	22.385
Passivo de arrendamento	20.1	-	596	596	-	544	544
Total do passivo circulante		2.113.041	(206.257)	1.906.784	1.825.580	(180.711)	1.644.869
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	3.460.207	(2.192)	3.458.015	2.868.672	(2.003)	2.866.669
Benefício pós-emprego		4.939	-	4.939	4.093	-	4.093
Tributos		574	-	574	39	-	39
Provisão para litígios		118.965	-	118.965	98.397	-	98.397
Encargos setoriais		20.151	-	20.151	36.151	-	36.151
Tributos diferidos	20.7	566.907	(566.907)	-	579.963	(579.963)	-
Passivos financeiros setoriais	20.2	141.836	(141.836)	-	121.438	(74.795)	46.643
Instrumentos financeiros derivativos	20.1	24.965	(24.965)	-	83.245	-	83.245
Obrigações vinculadas à concessão	20.5.2	1.765.790	(1.765.790)	-	1.830.490	(1.830.490)	-
Outros passivos não circulantes		33.914	-	33.914	42.737	-	42.737
Passivo de arrendamento	20.1	-	2.192	2.192	-	2.003	2.003
Total do passivo não circulante		6.138.248	(2.499.498)	3.638.750	5.665.225	(2.485.248)	3.179.977
Total do passivo		8.251.289	(2.705.757)	5.545.534	7.490.805	(2.665.959)	4.824.846
Patrimônio líquido							
Capital social		543.433	-	543.433	471.701	-	471.701
Reserva de Capital		16.877	-	16.877	14.716	-	14.716
Outros resultados abrangentes	20.4.1	(127.396)	(25.069)	(152.465)	(168.026)	30.942	(137.084)
Reserva de lucros	20.8	863.461	(51.963)	811.498	687.763	(59.985)	627.778
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		30.070	-	30.070	117.806	-	117.806
Total do patrimônio líquido		1.326.445	(77.032)	1.249.413	1.123.960	(29.043)	1.094.917
Total do passivo e patrimônio líquido		9.577.734	(2.782.787)	6.794.947	8.614.765	(2.695.002)	5.919.763

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Resultado	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		4.328.361	782.213	5.110.574	3.721.899	1.036.048	4.757.947
Fornecimento de energia elétrica	20.1 / 20.5.3	3.665.669	401.774	4.067.443	3.210.092	273.326	3.483.418
Suprimento de energia elétrica		23.501	-	23.501	32.016	-	32.016
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		149.043	-	149.043	130.397	-	130.397
Ativos e passivos financeiros setoriais		(703)	-	(703)	102.411	-	102.411
Serviços cobráveis	20.1	5.988	(5.988)	-	5.355	(5.355)	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	20.1	443.330	(443.330)	-	200.095	(200.095)	-
Outras receitas	20.1	41.533	95.682	137.215	41.533	123.015	164.548
Atualização Ativo Financeiro	20.5.4	-	725.821	725.821	-	19.057	19.057
Receita de construção	20.5.3	-	8.254	8.254	-	826.100	826.100
Tributos		(1.133.531)	(258)	(1.133.789)	(1.045.875)	95	(1.045.780)
ICMS	20.1 / 20.5.3	(817.653)	(258)	(817.911)	(783.176)	95	(783.081)
PIS-PASEP	20.1	(62.459)	-	(62.459)	(45.080)	-	(45.080)
COFINS	20.1	(252.837)	-	(252.837)	(217.217)	-	(217.217)
ISS		(582)	-	(582)	(402)	-	(402)
Encargos - Parcela "A"		(271.330)	(25.864)	(297.194)	(227.066)	(26.274)	(253.340)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(14.410)	-	(14.410)	(12.037)	-	(12.037)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(14.410)	(113)	(14.523)	(12.037)	-	(12.037)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(230.982)	-	(230.982)	(199.438)	-	(199.438)
Taxa de fiscalização		(4.576)	113	(4.463)	(3.554)	-	(3.554)
Outros encargos	20.1	(6.952)	(25.864)	(32.816)	-	(26.274)	(26.274)
Receita líquida / Ingresso líquido		2.923.500	756.091	3.679.591	2.448.958	1.009.869	3.458.827
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(1.589.960)	(684.288)	(2.274.248)	(1.407.240)	(826.100)	(2.233.340)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.190.472)	(357.955)	(1.548.427)	(1.014.694)	(392.546)	(1.407.240)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(399.488)	399.488	-	(392.546)	392.546	-
Custo de construção	20.5.3	-	(725.821)	(725.821)	-	(826.100)	(826.100)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.333.540	71.803	1.405.343	1.041.718	183.769	1.225.487
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(752.329)	33.785	(718.544)	(449.707)	(129.233)	(578.940)
Pessoal e administradores	20.1	(84.688)	486	(84.202)	(95.400)	240	(95.160)
Material	20.1	(12.448)	-	(12.448)	(12.864)	-	(12.864)
Serviços de terceiros	20.1	(280.292)	2.185	(278.107)	(231.150)	(394)	(231.544)
Arrendamento e aluguéis	20.1	(3.457)	651	(2.806)	(3.101)	646	(2.455)
Seguros	20.1	(496)	496	-	(291)	291	-
Doações, contribuições e subvenções	20.1	(3.479)	3.479	-	(1.028)	1.028	-
Provisões	20.1 / 20.5.3	(135.665)	55.969	(79.696)	(67.506)	19.512	(47.994)
Perdas na alienação de bens e direitos	20.5	(28.033)	6.491	(21.542)	(42.355)	7.997	(34.358)
(-) Recuperação de despesas	20.1	7.943	(7.943)	-	5.372	(5.372)	-
Tributos	20.1	(1.803)	1.803	-	(687)	687	-
Depreciação e amortização	20.1 / 20.4.2	(213.864)	51.037	(162.827)	(127.324)	(6.152)	(133.476)
Custo de construção		-	-	-	-	-	-
Gastos diversos	20.1	(38.976)	34.870	(4.106)	(44.188)	45.388	1.200
Outras receitas operacionais	20.1	60.719	(50.238)	10.481	171.264	(158.323)	12.941
Outras despesas operacionais		(17.790)	(65.501)	(83.291)	(449)	(34.781)	(35.230)
Outras despesas não recorrentes	20.1 / 20.4.2	-	-	-	-	-	-
Outros gastos operacionais		-	-	-	-	-	-
Resultado da Atividade		581.211	105.588	686.799	592.011	54.536	646.547
Resultado Financeiro		(275.487)	(39.503)	(314.990)	(320.787)	(31.970)	(352.757)
Despesas financeiras		(773.002)	-	(773.002)	(779.999)	-	(779.999)
Receitas financeiras	20.1	497.515	(39.503)	458.012	459.212	(31.970)	427.242
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		305.724	66.085	371.809	271.224	22.566	293.790
Despesa com impostos sobre o lucro corrente		(12.404)	-	(12.404)	(20.233)	-	(20.233)
Despesa com impostos sobre o lucro diferido	20.7	4.568	119	4.687	(18.410)	(376)	(18.786)
Resultado líquido do exercício		297.888	66.204	364.092	232.581	22.190	254.771

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

20.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

20.2 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

20.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

20.4 Ativos financeiros de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no VNR classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

20.5 Imobilizado, Intangível e Obrigações vinculadas à concessão Serviço Público de Energia Elétrica

20.5.1 Reavaliação compulsória

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o VNR do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

20.5.2 Depreciação e Amortização

As divergências entre a depreciação regulatória e a societária referem-se à aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

20.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

20.6.1 Ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Para assegurar a melhor estimativa do valor indenizatório ao término do período concessório, realiza-se mensalmente a revisão do valor justo do ativo financeiro, adotando-se como parâmetro de atualização o IPCA. Esta escolha fundamenta-se no fato de o IPCA constituir um dos principais índices de correção utilizados pelo órgão regulador nos processos anuais de reajuste tarifário.

Em 23 de novembro de 2015, mediante a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, publicada no Diário Oficial da União, efetivou-se a alteração do índice de correção, com a substituição do IGP-M pelo IPCA. Esta mudança considerou igualmente as possíveis variações decorrentes da metodologia de apuração do Valor Novo de Reposição (VNR), garantindo a devida harmonização com os critérios regulatórios vigentes.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

20.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

20.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

20.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo VNR, é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

20.7 Lucros ou prejuízos acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

20.8 Tributos Diferidos

Refere-se ao tributo diferido pela diferença do resultado, decorrentes do CPC 47 /IFRS 15 o referido CPC não é aceito pela contabilidade regulatória e da Reavaliação compulsória que não é aceito pela contabilidade societária.

20.9 Reservas de lucros

Ajuste pela destinação do saldo residual do lucro regulatório para outras reservas de lucros após realizadas as destinações definidas na Assembleia calculadas com base no lucro societário.

21 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Patrimônio líquido societário	1.249.413	1.094.917
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	77.032	29.043
Efeito Reavaliação regulatória compulsória (a)	25.069	(30.942)
Efeito Lucros ou prejuízos acumulados	51.963	59.985
Patrimônio regulatório	1.326.445	1.123.960

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Efeito dos ajustes no lucro decorrente das diferenças entre práticas contábeis regulatórias e societárias, conforme descrito na nota 20.1.

21.1 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido societário	364.092	254.771
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(66.204)	(22.190)
Receita de construção - nota 20.6.3	(725.821)	(826.100)
Custo de Construção – nota 20.6.3	725.821	826.100
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) – nota 20.6.1	(8.254)	(19.057)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória – nota 20.5.1 / 20.5.2	(51.688)	5.507
Perdas (Ganhos) na alienação de bens e direitos – nota 20.6	(6.491)	(7.997)
Efeito IFRS 15 – nota 20.6.3	348	(1.020)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis – nota 20.6.1	(119)	377
Lucro líquido regulatório	297.888	232.581

22 Eventos subsequentes

Aumento de capital social

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 90.145, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 14.418, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 75.727, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 30.070, decorrentes do resultado do exercício.

Pedido de Revisão Tarifária Extraordinária

Em 18 de março de 2025, durante a 8ª Reunião Pública Ordinária de 2025 da Diretoria da ANEEL, foi discutida a reconsideração da Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Piauí, cujo pedido havia sido indeferido anteriormente em 2019. Está aberta, atualmente, uma consulta pública, que se estenderá até dia 05 de maio de 2025, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento dessa revisão tarifária extraordinária, sendo a proposta inicial o reconhecimento tarifário de R\$ 178.600. O valor é preliminar e deverá ser confirmado após sua homologação, uma vez que ainda serão incorporados os efeitos nos processos tarifários de 2023 e 2024, além de correção pela SELIC.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Humberto Soares Filho
Diretor Presidente

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Armando de Souza Nascimento
Diretor

Joe Louis Tavares Morra
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-PI